



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140873 - MG (2021/0003330-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA (PRESO)
ADVOGADO : PEDRO AUGUSTO DE LIMA FELIPE E POSSA - MG174484
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. .0000.20.578622-1/000).

O recorrente foi preso em flagrante em 9/11/2020, pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, §2º, IV, do Código Penal. Em 16/11/2020, a prisão foi convertida em preventiva.

Sustenta ausência de motivação concreta e idônea na decisão que decretou a prisão preventiva, tendo sido utilizada a gravidade abstrata do delito. Aduz ademais que sequer foi realizada audiência de custódia.

Requer, liminarmente, seja relaxada a prisão do paciente ou seja substituída por outra medida cautelar diversa, concedendo-se a liberdade provisória.

No mérito, requer o provimento do recurso para a concessão da presente ordem de *habeas corpus*.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão diante da existência de decisão devidamente fundamentada.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente